

GT 02 – História da Educação**INSTRUÇÃO PRIMÁRIA AGRÍCOLA NA PROVÍNCIA DO PARÁ NA SEGUNDA
METADE DO SÉCULO XIX**Vitor Sousa Cunha Nery (UEPA)¹Maria do Perpétuo Socorro Avelino de França (UEPA)²**1 INTRODUÇÃO**

Uma das estratégias adotadas pelo governo provincial para disseminar a instrução pública, foi a criação de escolas agrícolas primárias registrada no relatório de 1861, do presidente Ângelo Thomaz do Amaral, foi a criação de Escolas Primárias Agrícolas, no âmbito das colônias agrícolas da província.

As colônias agrícolas na província do Pará tinham como propósito entre outros, o de abrigar os imigrantes estrangeiros e as populações que estavam dispersas no interior da província; o que constituía na superação de um dos principais problemas quanto à expansão da instrução pública aos mais longínquos lugares da Amazônia.

Para melhor compreendermos o contexto das escolas primárias agrícolas na província do Pará na segunda metade do século XIX, precisamos entender o processo de migração nordestina e estrangeira no Pará.

¹ vitorcunhanery@yahoo.com.br Mestrando em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA); Especialista em Gestão Estratégica do Conhecimento (UEPA); Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia (UEPA) e Tecnologia em Gestão Pública pela Universidade da Amazônia (UNAMA); Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia (GHEDA-UEPA).

² socorroavelino@hotmail.com Doutora em História, Filosofia e Educação (UNICAMP), Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade do estado do Pará (UEPA), Coordenadora do Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia.

2 MIGRAÇÃO NORDESTINA E ESTRANGEIRA NA PROVÍNCIA DO PARÁ

O crescimento da população da capital paraense na segunda metade do século XIX foi bastante influenciado pelo processo de migração nacional e estrangeiro causado pela expansão da produção de borracha na província do Pará. Muitos indivíduos deslocaram-se do interior para capital, bem como de outros estados e nações em busca de trabalho.

De acordo com Cancela (2006) os dados referentes à migração são fragmentados e imprecisos. Durante o império varias foram as tentativas de formação de colônias militares e de núcleos de colonização implementados por particulares, com o apoio do governo.

Também os períodos de estiagens nos estados do Nordeste, tornaram-se marcadores de fluxo de população para Amazônia em especial para o Pará. A expectativa de oportunidade de trabalho e enriquecimento era fomentado pela expansão gomífera. Da mesma forma as necessidades de uma região como a amazônica, com dificuldades de mão de obra, estimulavam o deslocamento da população (CANCELA, 2006).

Segundo dados oficiais sobre migração, apresentados pelo engenheiro e Chefe de Seção da Secretaria do Estado de Obras Pública Terras e Viação, Palma Muniz (1916), após a seca do ano de 1877-88 e 1888-89, cerca de 17.000 migrantes nordestinos tinha se deslocado para a província do Pará. Posteriormente entre os anos de 1899-1900, em torno de 8.000 pessoas chegaram a cidade de Belém, ficando assentadas, em sua maior parte, nas áreas em torno da Estrada de Ferro de Belém Bragança, a nordeste de Belém.

Pesquisa publicada em 2003 acerca dos refugiados da seca no nordeste aponta para números bem superiores a esses divulgados por Palma Muniz. Entre os anos de 1869-1900, cerca de 300.000 pessoas teriam deixado o Ceará naquele período e destes 255.526 (85%) vieram para Amazônia, os demais se deslocaram para o sul do país, para as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo (NOZOE; BASSANEZI; SAMARA, 2003).

A cidade de Belém foi o primeiro ponto de parada para aqueles que se deslocavam para Amazônia. No entanto não se sabe quanto do montante dos 300.000 migrantes nordestinos que vieram para o norte, permaneceram na província do Pará e quantos seguiram viagem para a província do Amazonas e do Acre. De acordo com Muniz (1916) o número de indivíduos que ficava na província do Pará era maior do que aqueles que viajavam para as demais províncias da Amazônia.

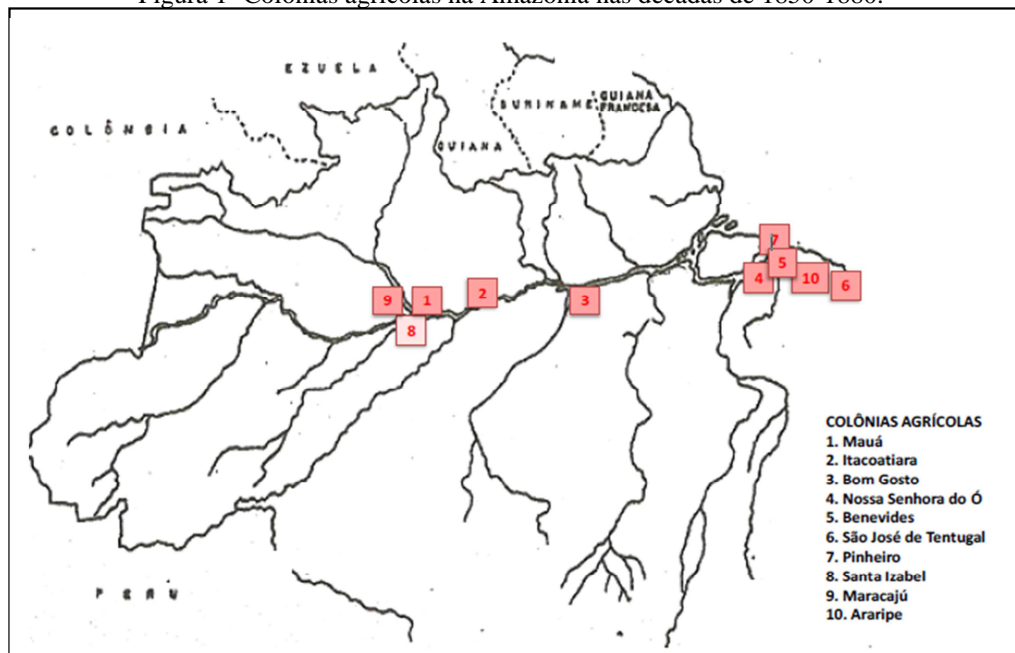
Dos emigrantes que permaneceram na província do Pará, muitos foram deslocados para as colônias agrícolas, localizado no entorno da Estrada de Ferro de Bragança, formada com o propósito de povoar o vasto território da província, garantir o abastecimento interno

com produtos de lavoura e fixar o homem ao solo, buscando o desenvolvimento da região (CANCELA, 2006).

2.1 COLÔNIAS AGRÍCOLAS

Algumas colônias agrícolas foram criadas na Amazônia entre as décadas de 1850 e 1880, conforme mostra a figura abaixo, como por exemplo, os núcleos de São José de Tentugal situado a margem esquerda do rio Caeté, na estrada que ligava vila de Ourém a cidade de Bragança; e Pinheiro distante 16 quilômetros de Belém, a margem direita da baía do Guajará, assim como Nossa Senhora do Ó, localizada na Ilha das Onças pertencente a comarca de Belém, e Benevides, ambas na província do Pará.

Figura 1- Colônias agrícolas na Amazônia nas décadas de 1850-1880.



Fonte: Nunes (2011).

De acordo com Weinstein (1993, p. 146), parte das colônias agrícolas conseguiram se manter por algum tempo. No entanto de uma maneira geral, não prosperaram, porque:

Havia pouca coerência internas nas políticas do governo e as constantes alterações de procedimentos quanto a terra e ao apoio inicial deve ter sido extremamente decepcionante para os colonos. Esse problema associado a diversas alternativas de empregos quer em Belém, quer nas áreas de seringueiras, é em parte responsável pela constante migração dos colonos pra fora dos núcleos.

Boa parte dos migrantes que viviam nas colônias agrícolas, segundo Muniz (1916), deslocaram-se para a área urbana de Belém. O primeiro contato com essa capital ocorria logo no primeiro momento da migração, quando eles advinham das cidades nordestinas e eram instalados na “Hospedaria dos Immigrantes”, subsidiada pelo governo, ou ainda, nos inúmeros hotéis da cidade.

A hospedaria funcionava como morada daqueles que estavam chegando e dos que partiam, permitindo a circulação de informações sobre trabalho, moradia, oportunidades e dificuldades. Assim como a “Hospedaria dos Imigrantes”, dirigida pelo Estado, outros estabelecimentos particulares foram tendo assento na cidade como a “Hospedaria da Praça D. Frei Caetano Brandão” e o “Hotel da Luz” (LOBATO, 1916).

Após chegarem a Belém alguns desses indivíduos permaneciam na cidade vivendo do agenciamento dos seus serviços, outros seguiam para os núcleos agrícolas. No entanto parte desses migrantes deslocaram-se para os seringais do interior da província, passando a residir em vilas e cidades do interior, com ou sem a família.

Havia aqueles que iam para os seringais e deixavam a família na capital, retornando eventualmente no período chuvoso, quando não podia haver extração de borracha, outros levavam a família e retornavam a Belém no período da chuva (CANCELA, 2006).

Segundo Aguiar (2001) esses emigrantes na cidade de Belém assumiam as mais diversas profissões, a saber: pedreiros, marceneiros, proprietários de pequenos comércios, estivadores, carregadores, jornalheiros, empregados públicos, vendedores e marítimos. Dentre as mulheres prevalecia as atividades de serviços domésticos como lavadeiras, engomadeiras e cozinheiras, bem como a de meretriz. Parte desses indivíduos voltou a sua terra natal, outra parte permaneceu na capital paraense, casando-se e dando origem a novos núcleos familiares.

Esse foi o contexto da migração nacional na província do Pará na segunda metade do século XIX, vamos ver agora de que forma a migração estrangeira se apresentou no cenário local da cidade de Belém.

De acordo com a historiadora Bulamarqui (1984) por intermédio de uma política incipiente de imigração, entre os anos de 1856 e 1863, cerca de 3.183 estrangeiros chegaram a província do Pará. Ainda durante o império, alguns ensaios de colonização estrangeira organizada por particulares, com o apoio do governo, tiveram assento no Estado.

Dentre essas políticas de imigração, segundo Santos (1980, p. 89) destaca-se uma primeira tentativa realizada no ano de 1854, pela “Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas”, de propriedade de Mauá. Em acordo com o governo, “em troca de favores e privilégios da navegação no grande rio, a empresa introduziu 1061 colonos portugueses”.

Por meio do empreendimento particular, vieram também para o Brasil imigrantes americanos, que foram deslocados para o município de Santarém. Para essa mesma colônia dirigiram-se os ingleses no ano de 1871.

Ainda dentro do processo dirigido pela colonização estrangeira 2 famílias de imigrantes açorianos aportavam em Belém, com 108 pessoas, no ano de 1886. A área de Americano, onde estava previsto o assentamento dessas famílias, não apresentava nenhuma infra-estrutura, o que fez com que essas pessoas retornassem a Belém (CANCELA, 2006).

Segundo Muniz (1916) a dificuldade da imigração estrangeira para a Amazônia estaria associada ao apoio maior dada à colonização para os estados do sul do país, particularmente pelas instituições federais responsáveis pela imigração, como Inspetoria Geral de Terras e Colonização Federal. Segundo o autor:

Para este estado somente são enviados, ou os que, rebeldes para se sujeitarem ao trabalho nas colônias do sul, procuraram viver em continua mudança de estado a estado, a fim de gozarem em cada um deles dos favores prestados pelo governo, ou os já se achavam relacionados por grão de parentesco e outros estrangeiros aqui residentes [...] (MUNIZ, 1916, p. 64).

A essa questão Veríssimo (1870, p. 194) acrescenta “o mau conceito de colonização dirigida, o menos inteligente dos processos administrativos que tais serviços requerem”. Uma das principais críticas desse autor estava vinculada a localização dos núcleos coloniais, que eram instalados em áreas centrais da província, distantes do litoral, dificultando com isso o transporte de pessoas, mercadoria e cuidados médicos. A formação dessas colônias agrícolas às margens dos rios e igarapés teria facilitado a comunicação.

Segundo Bulamarqui (1984), o número de estrangeiros que viviam na província do Pará, nunca foi superior a 2,3% do total da população local. De acordo com Santos (1972) entre os anos de 1872 e 1900 a presença de estrangeiros na Amazônia era bastante reduzida girando em torno de 1% a 2,6%.

No entanto quando restringimos a análise para a capital da província do Pará esse número tende a ascender. Assim, em 1872, cerca de 12% da população de Belém era formada por estrangeiros. No que diz respeito ao perfil desse grupo, destaca-se o fato de que 71% dele era formado por indivíduos do sexo masculino, em menor percentual as mulheres representavam apenas 29% do total da população estrangeira existente na capital. E em relação a origem predominava os portugueses, seguido dos espanhóis, italianos, turco, franceses e ingleses (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1920).

Weinstein (1993 p.79) ao comentar sobre a forte presença de portugueses em Belém, afirma que muitas vezes não havia como distingui-los dos brasileiros, não apenas pela língua ou pelo nome, mas também pelo fato de muitos imigrantes possuírem “esposas e filhos brasileiros e valerem-se da naturalização geral proposta pelo novo regime republicano de 1889 para se tornarem cidadãos brasileiros”.

No que diz respeito às atividades exercidas pelos homens imigrantes, Benchimol (1999) afirma que a predominância era de proprietários, comerciantes, empregados no comércio, marítimos e trabalhadores agrícolas. Outras profissões apareceram em menor escala como as de serralheiro, jornaleiro, padeiro, sapateiro, carpinteiro, criado de servir, alfaiate, pescador e vendedor ambulante.

Este perfil nos mostra a diversidade de ocupações daqueles que procuravam migrar, embora se acentue o fato que a maior parte deles estava, de alguma forma associada às atividades comerciais, tais como: proprietário de casa comercial e empregado no comércio. De igual maneira o número de indivíduos que se declararam “lavrador” ou “trabalhador agrícola”, mostrou-se bastante expressivo.

Uma vez no Brasil, nem sempre esses imigrantes retornavam logo aos seus locais de origem, deixando esposas e filhos em seus países. A migração muitas vezes, era encarada por esses imigrantes como temporária, uma alternativa para a acumulação de capital e a possibilidade de retorno em condição de riqueza e prestígio superior àquela deixada quando do deslocamento para o Brasil.

Nas colônias agrícolas também foram criadas algumas escolas primárias para atender os filhos dos imigrantes, dentre elas podemos destacar a Escola Rural D. Pedro II, criada em 1861, de acordo com o relatório do presidente da província, Ângelo Thomaz do Amaral.

3 CRIAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA RURAL D. PEDRO II

O objetivo da criação da Escola Rural D. Pedro II, era desenvolver a lavoura de cana de açúcar e a criação de gado. A escola funcionava na “Fazenda provincial Pinheiro”, situada na confluência do rio Maguary com o Guajará, em um lugar aprazível e saudável, nas proximidades de Belém (PARÁ, 1861 p.13).

De acordo com Nunes (2011 p. 372) a educação agrícola materializada na implantação da Escola Rural D, Pedro II, se constituiu como instrumento capaz de assegurar valores associados à ideia de prosperidade, progresso e civilização fizessem parte dos interesses dos grupos sociais da Amazônia.

A “Escola Rural D. Pedro II” era a escola primária da agricultura que ensinava teoria e prática, destinava-se a formar trabalhadores, operários, feitores e administradores para trabalharem nos estabelecimentos rurais. Tinham acesso a esse ensino, de preferência, órfãos desvalidos, filhos de ex-escravos e colonos de poucas posses, como alunos internos e outras pessoas que quisessem instruir-se seriam matriculados como alunos externos. Incluía-se ainda entre os possíveis atendimentos da escola rural, crianças indígenas (PARÁ, 1861 p. 13).

A escola rural se afirmaria como espaço de combate aquilo que se convencionou chamar de “vida ambulante” dos povos amazônicos, numa referência aos constantes deslocamentos das populações pelo interior da floresta (NUNES, 2011, p. 372).

Acreditava-se que as crianças com os novos aprendizados no espaço escolar rural, principalmente de valorização da agricultura em detrimento a outras atividades econômicas, seriam importante elemento para convencer os pais a desenvolverem atividades agrícola, assim permitiriam que as experiências desenvolvidas na escola rural pudessem ser transportadas para as lavouras particulares, dinamizando a produção, aumentando os recursos dos proprietários.

A fazenda Pinheiro possuía terras próprias para o cultivo de cana de açúcar, do cacau, da mandioca, e também devido as grandes extensões de matas foi utilizada na extração de madeira e fundação de uma vasta escola florestal.

A referida fazenda também possuía a estrutura necessária para o desenvolvimento de algum outro ofício, pois além da lavra da terra, podiam ainda ser encontrados, como uma extensa olaria, bons barros e excelente água potável, onde os alunos tinham a opção de desenvolver a fabricação de telhas e tijolos (NUNES, 2011 p. 372).

Nove milhas de distância, por água, e outras tantas por terra, da cidade de Belém, consistia em mais um condicionante favorável para a implantação da escola D. Pedro II, na fazenda Pinheiro, isto porque não estava afastava do núcleo urbano da província, a ponto que facilitaria mandar diretamente ao mercado seus produtos.

Por outro lado, se pretendia que a fazenda Pinheiro, se constituísse em espaço para recebimento de colonos, principalmente estrangeiros, pois a expectativa era que em breve tempo as terras da fazenda e do seu arredor iriam se valorizar. E a instalação da escola D. Pedro II, na fazenda permitiria essa valorização, atraindo colonos que buscavam se utilizar dos conhecimentos desenvolvidos com ensino agrícola.

Esperava-se que muitos desses colonos, incluindo imigrantes estrangeiros, prefeririam se estabelecer em terras nos arredores da fazenda, assim o governo provincial solicitou autorização da Assembleia Legislativa da província para que essas terras fossem

“divididas e aforadas a quem nelas quisessem se estabelecer, dedicando-se a lavoura da cana para moerem na fábrica do próprio estabelecimento de ensino” (PARÁ, 1861 p.13).

Prevendo este resultado mais ou menos próximo foi disposto no regulamento da D. Pedro II, que os estrangeiros que demandarem para o país, na intenção manifestada e decidida de se dedicarem na lavoura da cana de açúcar, poderiam permanecer na escola rural alimentados, tratados nas moléstias e aproveitados nos respectivos trabalhos, ate que encontrassem ocupação.

Foi disposto ainda pela administração provincial que o diretor da escola se obrigasse a levantar um plano e organizar o orçamento para a construção da estrada de comunicação entre a fazenda Pinheiro e a cidade de Belém. E depois de aprovado pela presidência da província começar a sua abertura com os recursos e com as consignações que a Assembleia legislativa votasse.

O diretor também deveria verificar quais os terrenos devolutos existentes na direção da estrada e à margem do rio Maguari, que pudesse ser utilizado como espaço para abrigar esses novos colonos que chegavam à província do Pará.

Outras propostas de implantação da escola agrícola D. Pedro II, era recebida pela presidência da província do Pará, como por exemplo, a proposição do Coronel José do Ô de Almeida, que disponibilizaria a fazenda Nossa Senhora do Ó, na Ilha das Onças.

A implantação da escola neste local se justificaria no sentido de que os alunos poderiam aproveitar as experiências de colonos que já ocupavam parte da fazenda, e cultivavam alguns produtos, principalmente cana de açúcar, além do que a fazenda disponibilizava engenho para preparação de aguardente e açúcar.

Outra proposta foi a do cidadão Bruno Álvares Lobo, que disponibilizaria uma de suas chácaras, a de São João, nos arredores de Belém, com o mesmo fim, mediante aluguel anual de 6:000\$000, mas também estava aberto a negociar com o governo provincial um valor menor.

Para responder negativamente as referidas propostas, o governo buscou considerar que um estabelecimento tal qual seria a Escola D. Pedro II, na medida em que se devolvesse, fazia do solo “dispendioso melhoramentos”, e por isso não poderia deixar de ser fundado em propriedades públicas (PARÁ, 1861 p. 14).

Considerando o regulamento de criação da Escola Agrícola “D. Pedro II”, de 01 de maio de 1861, a escola compreenderia uma instituição de instrução primária, na qual o educando desenvolveria o ofício de leitura, tendo como temática os rudimentos da agricultura e os princípios que pontuavam a atividade agrícola como a mais importante das tarefas sendo

que neste espaço de aula se aproveitaria para apresentar as conferências teóricas e o ensino religioso e moral.

Registrava-se também no regulamento, uma biblioteca com livros específicos sobre a agricultura e a administração de estabelecimentos agrários, uma sala de exposição para amostragem dos experimentos que fossem desenvolvidos pelos alunos e um depósito de máquinas instrumentos aratórios para uso do estabelecimento e fornecimento dos lavradores que os requisitassem.

A implantação da escola D. Pedro II, na província do Pará, surgiu em um momento de entusiasmo do Ministério da Agricultura com a defesa do ensino agrônomo no país, conforme registra o relatório do Ministério da Agricultura de 1861, onde foram implantadas quatro associações rurais nas respectivas províncias: Bahia, Sergipe, Pernambuco e Rio de Janeiro. O compromisso dessas entidades era a “criação de escolas normais de agricultura” (BRASIL, 1861, p. 11).

Segundo Del Priore & Venâncio (2006), estes estabelecimentos de ensino, tinham por objetivo, conforme defendia o próprio Ministério da Agricultura, “regenerar” a mão de obra do campo, tanto no que dizia a respeito aos efeitos negativos da escravidão, quanto ao desejo de que novas técnicas de plantio fossem desenvolvidas, a ponto de expandir as áreas agrícolas não apenas do ponto de vista territorial, mas de implementos e máquinas.

A expectativa era que na medida em que houvesse o crescimento dos lucros da Escola Rural D. Pedro II, aumentasse também o número de internos de modo a poder ser ali recebido todos os jovens, incluindo indígenas, encaminhados pelas autoridades competentes e em poucos anos se espalharia pelo interior da província do Pará.

De acordo com Rizzini (2004 p.23), a educação na região amazônica no século XIX, especialmente na província do Pará, era acompanhada de uma perspectiva de sedentarizar a população do interior. Tratava-se, segundo a autora, de necessidades reclamadas pelos administradores locais, o que estava associado em geral às comunidades indígenas.

Assim sendo, a Escola Rural D. Pedro II, passa a ser pensada como instrumento de combate aos costumes considerados não civilizados e a implantação de novos hábitos condizentes com que se defendia como sociedade moderna. Na agricultura parte da materialização desses valores estava na sedentarização e no uso de outras técnicas e instrumentos de cultivo, uma vez que o homem, com essas novas práticas, deixava a condição de completa dependência dos ritmos da floresta para se tornar produtor do seu próprio alimento.

Nessa mesma região onde estava situada a Escola Rural D. Pedro II, em 1875, foi fundada a colônia de Benevides. Nessa área permaneceram imigrantes de diversas nacionalidades, como: franceses, italianos espanhóis, belgas, suíços, portugueses, e ainda brasileiros, particularmente nordestinos. Não se sabe o certo o número de indivíduos que teriam entrado na colônia de Benevides.

De acordo com Muniz (1916) haviam entrado na colônia de Benevides 364 pessoas, mas apenas 117 teriam permanecido no núcleo. Bulamarqui (1984) afirma que 179 teriam se deslocado para a referida colônia, tendo restado somente 32. Mais tarde, a colônia de Benevides assumiu um caráter misto, recebendo um número considerável de nordestinos, particularmente de cearenses.

4 ESCOLAS PRIMÁRIAS NA COLÔNIA AGRÍCOLA DE BENEVIDES

Foram implantadas também algumas escolas primárias na colônia agrícola de Benevides, distante alguns quilômetros de Belém. A diretoria da Colônia Benevides, nos primeiros meses de 1879, apontava em um ofício enviado a diretoria de instrução pública, em 02 de agosto de 1880, o funcionamento de uma escola para crianças do sexo feminino, duas do sexo masculino e uma noturna, que atendiam alguns colonos que tivessem interesse em aprender as primeiras letras (PARÁ, 1880 p. 01).

A princípio, a implantação de uma instituição pública de instrução primária agrícola em Benevides, tinha como objetivo, atender a imigração européia. Mas os primeiros imigrantes estrangeiros que chegaram a colônia de Benevides, segundo o relatório do presidente da província Domingos José da Cunha Junior, revelou considerável contraste com relação as imagens difundidas no Brasil, que associavam imigrante, principalmente europeu, como capaz de “preparar e cultivar as terras”, elevando as profissões agrícolas na província do Pará (PARÁ, 1873, p. 25).

Essas características de fato não corresponderam à realidade dos estrangeiros que se instalaram inicialmente em Benevides. Os quadros ocupacionais revelaram um cenário ocupacional mais diversificado do que esperavam as autoridades da província do Pará.

Essa situação pode ser explicada em razão das exigências do governo brasileiro de conduzir para o país indivíduos habilitados para o trabalho agrícola. Diante disso os estrangeiros se declaravam agricultor mesmo não sendo, ou ainda, porque sua expectativa de ocupação futura era o trabalho agrícola. Outro dado a ser considerado é a grande quantidade de imigrantes que não aparecem com informação sobre sua ocupação.

Isto pode evidenciar a falta de uma atividade definida ou uma estratégia de omitir o seu ofício de forma a não contrariar os interesses das autoridades brasileiras. Há ainda os que foram registrados com o ofício de trabalhador, palavra que poderia exprimir diversas atividades. Nesse caso a omissão de um tipo de ofício em que estava habilitado a executar poderia assegurar maiores oportunidades de trabalho.

O jornal Liberal de 16 de março de 1874 descrevia os trabalhadores que a província dispunha para atuar na agricultura, como “sem educação necessária ao trabalho agrícola”. E igualmente como trabalhadores que adotado costumes e tendências de grupos não civilizados (O LIBERAL DO PARÁ, 1874, p. 01).

Assim, diante dessa realidade da província do Pará e da colônia agrícola de Benevides, a implantação de escolas primárias era discutida na perspectiva de um programa de educação, voltado para a afirmação de uma nacionalidade, disseminação de valores associados ao progresso e a civilização, assim como da necessidade de suplantarem os costumes indígenas visto como selvagens e não condizentes como os valores defendidos pela sociedade burguesa do século XIX.

Diante disso, a instrução pública primária ocupava neste momento, um lugar privilegiado nas medidas adotadas pelas autoridades da província, de superar um passado compreendido como desorganizado, por outro momento, o da ordem e civilização.

O instruir na província do Pará, adquiriu novos significados. Instruir não significava apenas apreensão de conteúdos elementares exercidos no ato de ler, escrever e contar; por instrução passou-se a incorporar o sentido de educar, numa ideia de que a instrução primária tinha o papel de transmissão de valores. Formar o povo implicava em levá-lo a adquirir os princípios éticos e morais necessários à convivência social e a melhorar os seus costumes.

Com chegada de várias famílias de migrantes nordestinos e a existência de muitas crianças, foi criada a primeira escola primária da colônia agrícola de Benevides, segundo o jornal “O Liberal do Pará” de 06 de abril de 1879, achava-se, sob a direção da professora Filomena Rodrigues da Silva que cuidava da educação das meninas; as duas do sexo masculino sob os cuidados do padre Lyra e do professor José Valhão de Vasconcelos. A escola que funcionava a noite estava sob a guarda do professor Antonio Duarte Balby (LIBERAL DO PARÁ, 1879 p.01).

O ensino da leitura e escrita, associado aos valores religiosos constituía a base de ensinamento nessas escolas; situação que pode ser evidenciada pela apresentação do nível de conhecimento dos alunos feita pelo padre Lyra e da própria presença do pároco como um dos professores. De acordo com os dados da administração da colônia, dos 161 alunos

matriculados de 1º de agosto a 06 de setembro de 1878, e que estavam sob os cuidados do padre Lyra, este fazia questão de destacar que: “143 começavam a ler o a-b-c, 13 balbuciavam as primeiras sílabas, 03 já soletravam nomes, e outros 03 possuíam princípios de leitura” (O LIBERAL, 1879 p. 01).

Essas escolas dedicavam-se ao ensinamento da leitura, escrita, quatro operações aritméticas, noções práticas do sistema métrico, doutrina cristã e da religião do Estado, e costura para as meninas. No caso de ensinamentos mais adiantados como a gramática portuguesa, caligrafia, desenho linear, aritmética avançada, elementos de geometria, de geografia e de história estes eram ministrados somente nas escolas públicas da capital ou nas sedes dos municípios mais populosos. Caso houvesse interesse de continuar os estudos era necessário que os filhos dos colonos se deslocassem para essas localidades; o que quase sempre não acontecia (O LIBERAL, 1879 p. 01).

A criação de escolas na Colônia Benevides estava circunscrita a um contexto marcado por discursos que tem como propostas principais a disseminação da instrução pública a todos os habitantes do país. De acordo com as autoridades provinciais o desafio era a expansão das escolas aos lugares distantes e pouco povoados (PARÁ, 1881 p. 60).

Diríamos que o conceito de ensino pensado pelas autoridades locais, se remete ao surgimento de um espaço educacional articulado aos interesses do Estado. No entanto, há de se considerar as resistências, conflitos e diversidades das práticas pedagógicas que caracterizaram a implantação e implementação da forma moderna de educação pensada para o país.

Esta questão se refletia no número de crianças frequentando a escola e nos índices de participação nas aulas. Nos dados contendo a frequência nas escolas da Colônia Benevides, o que se observava era que muitos alunos deixavam de ir à escola; o que quase sempre era atribuído pelas autoridades à falta de interesses dos pais “que deixavam de enviar seus filhos, preferindo levá-los para o trabalho na lavoura”; afirmava o diretor da colônia na época, Henrique Costard (O LIBERAL DO PARÁ, 1879 p. 01).

A acusação de que as famílias se mostravam indiferentes à instrução de seus filhos omitia, em grande parte, a incapacidade do governo em garantir o ensino público às populações desprovidas de recursos.

As escolas públicas primárias, responsáveis pelo ensino das primeiras letras, eram quase sempre isoladas; ou seja, cada escola tinha um professor que regia uma aula, atendendo a alunos de várias idades, na faixa etária que podia ir dos 6 aos 15 anos. No caso de escolas com grande número de crianças, estas podiam ter o auxílio de um professor adjunto, o que

não resolvia o problema de manter crianças de diferenciadas idades frequentando o mesmo espaço e obtendo o mesmo tipo de ensinamento (O LIBERAL DO PARÁ, 1879 p. 01).

A casa utilizada como escola era alugada pelo professor ou professora, que neste mesmo espaço morava com a família, reservando um dos cômodos para a função pública; o que não deixava de se constituir enquanto locais improvisados. A escolha da casa cabia ao mestre; o que levava os visitantes das escolas, responsáveis pela fiscalização destes estabelecimentos, à denúncia de que, em geral, as residências eram acanhadas, anti-higiênicas e sem ventilação.

No interior, faltavam habitações apropriadas, levando, em alguns casos, à instalação de escolas em verdadeiras palhoças. A falta de utensílios, mobílias e livros levavam os professores a utilizarem o que tinham à mão e ao que estavam habituados. Os meios disciplinares, quase sempre, extrapolavam o permitido por lei, fazendo com que as crianças aprendessem sob o jugo do “terror do mestre”, como diziam alguns visitantes. No caso específico da Colônia Benevides as escolas funcionavam em prédios improvisados, uma a proximidade da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e o outro nos fundos da diretoria do núcleo. Estas duas escolas atendiam até 50 crianças cada uma (O LIBERAL, 1879 p. 01).

As dificuldades de se implantar um ensino regular na província do Pará que garantisse a permanência dos educandos nas escolas públicas eram resultantes de duas situações, de um lado não havia ações do poder público em criar espaços de ensino para atender os educandos por outro havia uma resistência dos colonos em encaminhar os filhos para frequentarem os improvisados estabelecimentos de ensino.

Nesse caso, o diretor de instrução pública do Pará em 1877, Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, lamentava que em boa parte das escolas fossem pouco à frequentadas devido o período de colheita da borracha, quando os povoados eram abandonados por muitos de seus habitantes (PARÁ, 1877, p. 41).

Os estudos sobre a instrução nas diversas localidades do Pará, incluindo as escolas implantadas nos núcleos coloniais, realizado pela diretoria de instrução pública reforça a ideia de que a atividade extrativa seria o grande obstáculo para o desenvolvimento do ensino.

Sobre essa questão, Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, identificou que nos locais “em que são mais disseminadas a população, menos frequentadas são as escolas”; outra observação é quanto aos lugares em que a população “entrega-se a extração da borracha”; nesse espaços as escolas, em certa época do ano, “ficam quase despovoadas”, ao passo que as escolas implantadas em localidades que vivem da lavoura e da pesca, “estas tem grande

número de alunos matriculados, e a frequência nos diversos meses do ano é quase sempre a mesma” (PARÁ, 1877, p. 41).

Neste aspecto, de acordo com o relatório do presidente, Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, a lavoura implicava na mudança considerada fundamental quanto aos hábitos dos colonos na província do Pará; uma vez que, através da agricultura, estes deixariam a “vida errante” em que estavam habituados (PARÁ, 1876 p. 6).

Embora a lavoura fosse vista como um importante elemento de garantia de fixação do colono em determinada área, ao contrário do extrativismo, não vai exigir os constantes deslocamento das populações pelo interior da província. Mas na Colônia Benevides, a agricultura vai ter outro efeito quando relacionado à criação de espaços de instrução pública primária, como por exemplo, a pouca presença de crianças freqüentando o núcleo colonial.

O que para os professores poderia ser uma opção dos pais, segundo o auto de inquérito da policia de 13 de junho de 1879, no caso da cearense Maria Francisca do Espírito Santo, de 44 anos e moradora de Benevides desde 1878, tratava-se da necessidade de mais braços para o trabalho no roçado. Afinal os seus três filhos ajudavam nas atividades de capina e plantio; auxílio necessário, pois era preciso abreviar o quanto antes o trabalho de cultivo, uma vez que, o auxílio do governo para os colonos recém chegados a Benevides se estenderia apenas por seis meses (AUTO DE INQUERITO, 1879 p. 01).

Considerando o período de limpeza dos terrenos (final de agosto, setembro e outubro), plantio (início de novembro e dezembro) e primeira capina (final de janeiro e início de fevereiro), observa-se que são os meses de novembro, dezembro e fevereiro em que se atinge a menor frequência na escola. No caso da turma do professor Antonio Balbi, para um número de 119 alunos matriculados, menos da metade, 53 frequentavam a escola no período de cultivo nos lotes; o que comprova a situação de que muitos colonos, a exemplo da cearense Maria Francisca do Espírito Santo, aproveitam o trabalho dos filhos para adiantar os serviços de plantio.

Quase sempre, os pais do interior eram lembrados pelos governantes, principalmente por este descuido, explicado pela “indiferença, senão repugnância pela instrução da infância” nos lugares distantes e pouco povoados. Já nos grandes povoados, habitados por uma “população mais desenvolvida pela educação”, haveria maior recepção dos pais à instrução da infância, podendo-se ampliar o ensino público (RIZZINI, 2004, p. 113). No caso dos núcleos coloniais, a necessidade de se garantir as atividades de cultivo exigia o uso quase constante do trabalho das crianças, o que inviabilizava a sua frequência na escola.

A realização de atividades agrícolas pelo conjunto do grupo familiar, inclusive crianças, é apontada como uso costumeiro dos trabalhadores rurais do Nordeste durante o século XIX. Além de aumento da renda da família, a estas crianças era dada a responsabilidade de aprender as técnicas agrícolas para as culturas diversas de raízes, legumes e frutas; garantindo o sustento futuro da família. (ARAÚJO; DABAT; DOURADO, 2000).

5 CONCLUSÃO

Portanto a agricultura embora fixasse o homem a terra, a esta era ainda atribuída à capacidade de facilitar a propagação do modelo de educação pensada pelas autoridades imperiais. No entanto há de se considerar que a identificação dos colonos com o modelo proposto de ensino e a dinâmica de trabalho dos colonos parecem se constituir como elementos decisivos nesta questão, seja para facilitar a implementação dessas proposições de ensino, seja para negá-la; pelo menos é o que mostra a experiência das escolas primárias nas Colônias da província do Pará na segunda metade do século XIX.

REFERÊNCIAS

A CONSTITUIÇÃO. Belém, 26 de agosto de 1877.

AGUIAR, Keila de Sousa. **Trabalho, família e habitação:** cotidiano dos migrantes nordestinos na capital paraense 1898-1908. Departamento de História da UFPA. (Monografia). Belém, 2001.

ARAÚJO, Teresa Corrêa de; DABAT, Cristiane; DOURADO, Ana. “Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000, 407-436.

AUTO DE INQUÉRITO DA CHEFATURA DE POLÍCIA. Arquivo Público do Estado do Pará. 13 de junho de 1879.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia:** formação social e cultural. Editora Valer, Universidade do Amazonas. Manaus, 1999.

BRASIL. Relatório do anno de 1861 apresentado a Assembléa Geral na 2ª Sessão da 11ª Legislatura pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Manuel Felizardo de Souza de Melo. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Lamert, 1862.

BULAMARQUI, Ruth. **Transformações demográficas numa economia extrativa:** Pará 1872-1920. Dissertação de Mestrado em História da Universidade do Paraná. Curitiba, 1984.

CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e Relações Familiares na economia da Borracha (Belém 1870-1920)**. Tese de Doutorado em História pela Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2006.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento de 1920**. População do Brasil por Estados, Municípios e Districtos segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade (p. 308). Rio de Janeiro: Typ de estatísticas, 1926.

LOBATO, Júlio. **Notas de um repórter**: reportagens nos hotéis e padarias de Belém. Belém: Typ. F. Lopes, 1916.

MUNIZ, Palma. **Estado do Grão-Pará**: imigração e colonização. História e Estatística 1616-1916. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.

NOZOE, Nelson; BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; SAMARA, Eni de Mesquita (org.). **Os refugiados da seca**: emigrantes cearenses 1888-1889. NEHD-NEPO-CEDHAL. Campinas: São Paulo, 2003.

NUNES, Francivaldo Alves. **Sob o signo do moderno cultivado**: Estado imperial e agricultura na Amazônia. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2011.

O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 16 de março de 1874.

O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 29 de agosto de 1879.

O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 30 de agosto de 1879.

PARÁ. Relatório dirigido a Assembleia Legislativa do Pará na segunda sessão da décima segunda Legislatura pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, presidente da mesma província, em 17 de agosto de 1861. Typ. Diário do Gram-Pará, 1861.

_____. Falla com que o Excl. Sr. Dr. João Capistrano bandeira de Mello Filho, abriu a segunda sessão da vigésima legislatura da Assembleia Legislativa da Província do Pará, em 15 de fevereiro de 1877. Pará, Typ. do Livro do Commercio, 1877.

_____. Relatório dirigido a Assembleia Legislativa do Pará na segunda sessão da vigésima segunda legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo Exmo. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu. Pará Typ. Diário de Noticias do Costa & Campbell, 1881.

RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto**: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial, Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História Econômica da Amazônia (1900-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

VERISSIMO, José. **Estudos Amazônicos**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia: Expansão e decadência (1850-1920)**. Hucitec: Edusp. São Paulo, 1993.